

6

6

DEZEMBRO 1980

CADERNOS

DCP

DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA

FACULDADE DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CADERNOS DCP

CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DEZEMBRO 1980

Nº 6

Sumário

ARTIGOS:

ESTRUTURA AGRÁRIA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	1
Bernardo Sorj	
AUTORITARISMO, INTERVENCIONISMO ESTATAL E CONTROLE DO EXECUTIVO	15
Fábio Wanderley Reis	
FRANCISCO CAMPOS, ONTEM E HOJE: Reflexões sobre o autoritaris- mo brasileiro	33
Jarbas Medeiros	
CLASSES SOCIAIS, ESTRUTURA DE PODER E COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SUL DO BRASIL	53
Odacir Luiz Coradini	
ORA PÍLULAS – UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL	77
Marcos A. E. L. S. Coimbra	
ESTRUTURA AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	95
Malori José Pompermayer	

ESCREVEM NESTE NÚMERO:

BERNARDO SORJ, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Sociologia pela Universidade de Manchester

FÁBIO WANDERLEY REIS, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor e, Ciência Política pela Universidade de Harvard.

JARBAS MEDEIROS, professor do Departamento de Ciência Política, concluindo doutorado pela École Pratique des Hautes Études.

ODACIR LUIZ CORADINI, professor da Faculdade de Ciências Sociais de Ijuí, Mestre pelo Departamento de Ciência Política da UFMG.

MARCOS ANTÔNIO E.L. DE SALVO COIMBRA, professor do Departamento de Ciência Política, Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília-DF

MALORI JOSÉ POMPERMAYER, professor do Departamento de Ciência Política, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Stanford.



As opiniões emitidas em artigos e comentários assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.



Endereço para correspondência:

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da UFMG
Rua Carangola 288, 3º andar
30.000 – Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil

CLASSES SOCIAIS, ESTRUTURA DE PODER E COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SUL DO BRASIL*

Odacir Luiz Coradini

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é abordar as relações existentes entre a formação de classes sociais na agricultura e o cooperativismo agrícola. Enfocamos basicamente o cooperativismo ligado à produção de trigo e soja e em especial a região de influência da COTRIJUI – (Cooperativa Tritícola de Ijuí – RS) a qual nos serve aqui de principal marco empírico. Após traçarmos as linhas básicas das condições históricas da ocupação do solo e da estrutura agrária resultante, focalizamos os produtos básicos – trigo e soja – responsáveis pela estreita integração da produção agrícola ao ciclo industrial. Finalmente, analisamos a evolução do uso do solo e da força de trabalho. Procuramos, nesta parte, demonstrar as conseqüências sociais básicas da expansão do capitalismo no tipo de agricultura em questão a fim de definir o lugar do cooperativismo agrícola, e suas relações com a sociedade brasileira como um todo.

Nas conclusões tentamos demonstrar como o cooperativismo agrícola, nas atuais condições históricas, atua como agente de viabilização da expansão capitalista e de reprodução capital, ainda que de forma específica. A idéia básica que defendemos nesta parte é a de que o cooperativismo agrícola, se de um lado é um agente de racionalização econômica, de outro ocupa o lugar de uma forma de organização que atua no sentido de mediação política.

(*) Este artigo está baseado no trabalho “Estrutura Agrária, Classes Sociais e Cooperativismo no Sul do Brasil”, apresentado como tese de mestrado em Ciência Política ao Departamento de Ciência Política da UFMG. Dado o caráter de síntese de que se reveste o artigo deixamos de apresentar em pormenores os dados em que se baseia, apresentando apenas as evidências mais gerais.

1 – A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA

A formação da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, grosso modo, pode ser vista a partir de suas duas vertentes principais: a ocupação dos campos limpos (pampas), de um lado, e, de outro, a ocupação das matas. A ocupação do solo não coberto por campos limpos deu-se basicamente por imigrantes estrangeiros ou seus descendentes.

A imigração para os estados do extremo sul do Brasil diferencia-se de outros casos, como por exemplo a que se dirigiu a São Paulo, na medida em que esta última visava basicamente o suprimento da mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Por sua vez, com a imigração para o Rio Grande do Sul e demais estados do extremo sul o que se visava era a ocupação efetiva e a defesa política militar do solo.¹ Conseqüentemente, a história da ocupação do solo no sul proporcionou o surgimento, paralelamente à grande propriedade fundiária, da pequena propriedade familiar.

A partir do relativo fracasso da tentativa oficial de povoamento através da imigração açoriana no século XVIII, e da extinção do regime de sesmarias em 1822, (quando se introduz a colonização com imigrantes europeus - 1824); já pré-existiam as condições necessárias para a formação da pequena propriedade rural. Estas condições foram consolidadas com a Lei de Terras de 1850, que instituiu a ocupação do solo exclusivamente pela compra de terra. Neste contexto, a corrente de imigração que se destinava ao sul, ao contrário do caso de São Paulo, visava basicamente a formação da pequena propriedade rural, e tinha como suporte a ação oficial e não concorria com a grande propriedade, sendo inclusive complementar a esta.

Por sua vez, a formação da grande propriedade fundiária no Rio Grande do Sul está vinculada ao regime de distribuição de sesmarias à ocupação de um espaço definido, isto é, aos campos limpos. Sua unidade produtiva é a estância e a sua base econômica é a pecuária extensiva que ganhou impulso com a produção de charque.

Quando à colonização com base na imigração estrangeira, a partir dos núcleos iniciais de colonização (“colônias velhas”) desenvolve-se uma outra corrente migratória que tem como ponto de partida não mais os países europeus mas as próprias “colônias”*, num progressivo desdobramento, o qual estrapola as próprias fronteiras do estado do Rio Grande do Sul.

(*) Utilizamos os termos “colônia” e “colono” aqui para designar respectivamente núcleo de colonização formado por imigrantes e/ou seus descendentes.

Devido às condições históricas nas quais se deu esta expansão da ocupação do solo agrícola, o resultado foi a disseminação da pequena propriedade familiar. Assim, tanto as “colônias novas” criadas oficialmente quanto as formadas a partir da expansão “espontânea” ou com apoio oficial, ambas formadas basicamente com os excedentes demográficos dos núcleos de povoamento anteriormente ocupados, resultaram na diminuição progressiva do tamanho médio dos estabelecimentos. Este processo de desdobramento da ocupação do solo, que atinge todas as colônias, apresenta-se de forma mais rápida e com maior intensidade nas colônias novas, nas quais o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas foi progressivamente diminuído, o que favoreceu o progressivo empobrecimento do solo, nas condições técnicas da produção agrícola da época. Este é o caso, por exemplo, da “Colônia de Ijuí” e de praticamente toda a área de influência da COTRIJUÍ, ocupada a partir da última década do século passado.²

De qualquer modo este processo é responsável pela formação da maior parte da estrutura fundiária inicial dos três estados do sul brasileiro e particularmente do noroeste gaúcho, região que nos interessa aqui mais diretamente. A partir dessa ocupação do solo, surgiu inicialmente uma policultura de subsistência, configurando-se logo mais numa policultura mercantil, comandada por alguns produtos de maior valor comercial, os quais variavam conforme a conjuntura.

Contudo, a comercialização de uma parte crescente da produção agrícola não foi suficiente para garantir um crescimento econômico contínuo. A agricultura do noroeste gaúcho, depois de rápido crescimento, auxiliado inclusive pela 1ª Grande Guerra, entra numa relativa estagnação e mesmo retrocesso, que se estende desde o início da década de vinte até o início da década de quarenta, tanto no tocante ao decréscimo do valor da produção, à produtividade física como ao desenvolvimento das forças produtivas.

Esta mesma estagnação, em período um pouco alternado, atinge toda a agricultura gaúcha, que neste período, com exceção da produção de arroz, restringia-se, basicamente à “colônia”.³

A retomada do crescimento da produção agrícola tanto no noroeste do estado como no Rio Grande do Sul em geral, deu-se fundamentalmente a partir da década de cinquenta, agora em novos moldes. Especialmente para o noroeste do estado o principal responsável para tanto, numa primeira fase, foi a produção tritícola em outras condições macrosociais e regionais, que demonstraremos a seguir.

Em termos de estrutura fundiária, este impulso à retomada da produção tritícola e mais tarde também da soja encontrou no Rio Grande do Sul uma

estrutura fundiária diferenciada que pode ser dividida basicamente em três segmentos: a agropecuária tradicional ou extensiva, que tem na renda fundiária capitalizada seu principal ponto de apoio, com pouco investimento de capital e mão-de-obra (basicamente assalariada); o segmento constituído pela agropecuária colonial, cuja elevada participação de trabalho (familiar) no processo produtivo e pequena utilização de área de terra é sua característica básica; finalmente o setor "lavoura empresarial", com participação relativamente maior de capital e com parte do trabalho assalariado, sendo composto basicamente pela "média" propriedade, no tocante à estrutura fundiária.⁴ É nestes dois últimos segmentos que a produção de trigo e soja desenvolve-se.

2 – INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA E MUDANÇAS NA ESTRUTURA AGRÁRIA E DE CLASSES

Como foi colocado acima, a produção de trigo e soja foram responsáveis pela integração da agricultura no noroeste gaúcho. Todavia, não foram estes produtos agrícolas em si os responsáveis pela retomada do crescimento da produção agrícola, nem pelas condições sociais nas quais se deu este novo impulso à expansão do capitalismo na produção agrícola. A dinâmica deste processo é o resultado da conjugação de uma série de condições e forças sociais, a maior parte das quais situa-se fora da produção agrícola stricto-sensu.

Procuramos demonstrar sinteticamente nesta parte do artigo, em linhas gerais, a evolução da produção de trigo e soja no noroeste gaúcho em geral e a relação desta produção com a agroindústria de insumos e de processamento da produção agrícola. Partimos do pressuposto básico segundo o qual, o avanço do capitalismo na agricultura, nas condições históricas em questão, dá-se fundamentalmente a partir de forças exógenas à produção agrícola, ainda que para tanto a agricultura deva possuir determinadas pré-condições para responder aos impulsos externos.

Por outro lado, o avanço do capitalismo no campo não provoca a formação da mesma estrutura de classes que a produção capitalista em geral, fundamentalmente porque a aplicação de tecnologia e novos meios de produção na agricultura não requer necessariamente uma divisão do trabalho complexa.

Com efeito, a produção tritícola no Rio Grande do Sul, ainda que exista desde o século XVIII e tenha sido incrementada com a imigração estrangeira na segunda metade do século passado e incentivada desde seu início pela política oficial, só a partir da conjugação de uma série de condi-

ções, a partir da década de cinquenta é que tomou impulso a ponto de se tornar significativa. Entre estas condições estão os incentivos governamentais (créditos subsidiados, garantia de preços mínimos, criação de estrutura de comercialização, melhorias tecnológicas etc.), condicionados pelo desenvolvimento e diversificação industrial e da agroindústria em especial; pela necessidade de contenção de divisas com a importação deste produto; pelo aumento do consumo conseqüente do processo de urbanização do país, e ainda a complementariedade entre a produção de trigo e soja, no tocante ao uso de praticamente os mesmos insumos.

Desse modo, a produção tritícola que do começo do século até 1940 praticamente não cresceu, aumentou desse ano até 1956 em treze vezes no tocante ao valor bruto da produção, enquanto a área cultivada aumentou em seis vezes. É nessa fase que o trigo deixa de ser um produto "colonial" para avançar sobre terras anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva, surgindo o agricultor "especializado". Após um declínio da produção de 1958 a 1966, devido a diversos fatores, como as condições climáticas, mudanças na política governamental (Assinatura dos Acordos do Trigo com base na Public Law 480), a produção tritícola toma um novo impulso. Durante os últimos dez anos (1967/77), abstraindo-se as oscilações, deu-se um aumento tanto da produção como da área ocupada, sendo que a produção do Rio Grande do Sul em 1977 foi quase três vezes superior à de 1968.⁶

Por sua vez, o grande incremento à produção brasileira de soja, basicamente a partir da década passada resulta da crescente cotação internacional desse produto – somado ao fato de a safra brasileira dar-se no período de entressafra dos maiores produtores mundiais, (EUA – China); da política brasileira de incentivo à produção e exportação deste produto; e do baixo custo da força de trabalho e da terra comparativamente aos maiores produtores mundiais. Assim, enquanto a produção mundial cresceu 160%, a produção brasileira cresceu em 928% no período de 1966/75. Como a produção brasileira está voltada à exportação, o Brasil passou a ocupar o lugar de 2º maior exportador de soja e seus derivados. No Rio Grande do Sul, onde a produção física cresceu 25 vezes e a área ocupada 20 vezes de 1960 a 1975, e 9,70 vezes no período de 1966/75 este produto representava, justamente com seus derivados, 62,76% das exportações gaúchas em 1976.

É importante notar que as empresas comercializadoras e em muitos casos inclusive as industrializadoras da produção de soja brasileira são praticamente as mesmas que comercializam este produto a nível internacional. O preço da mão-de-obra no Brasil para esta produção é de cerca de 3 vezes mais barata comparada com a produção norte-americana, ainda que não exista grande diferença no custo total da produção. Portanto, a agroindústria

e a política de subsídios à produção e aumento das exportações é facilitada também pela internacionalização da “economia da soja”.⁷

O Rio Grande do Sul, principal produtor brasileiro de trigo e soja, tem no noroeste do estado sua principal área produtora. Da ocupação do solo com base na colonização através da integração resultou uma policultura mercantil e como novo impulso “especializou-se” nestes dois produtos, através dos quais integrou-se à agroindústria. Por exemplo, em 1973 a micro-região 327 (colonial de Ijuí) do IBGE, apresentava uma composição do valor da produção agrícola na qual estes dois produtos representavam cerca de 78%, enquanto em 1939 era apenas de 2,6%.⁸

A mola propulsora básica para este impulso ao avanço do capitalismo na produção de trigo e soja assenta-se em duas vertentes básicas, isto é, na agroindústria, de um lado e por outro, no apoio e orientação da produção dados pelo Estado.* Com efeito, tanto no que tange à indústria de insumos quanto à de transformação da produção agrícola, estes dois produtos situam-se numa posição de intensa integração. Por exemplo, de acordo com os cálculos da FECOTRIGO, com base na produção mecanizada, para a proposição dos preços mínimos, de 1973 a 1977, o ítem máquinas agrícolas teve sempre uma participação superior a 20% nos custos da produção; o ítem insumos modernos (adubos, defensivos, corretivos, etc.) nunca ficou abaixo de 40%, atingindo em alguns anos mais da metade dos custos totais, enquanto a participação da mão-de-obra nos custos da produção praticamente em nenhum ano foi superior a 10%, chegando em alguns anos a não representar 7% dos custos totais. Para a produção de soja, segundo os mesmos cálculos, as condições são praticamente as mesmas. Em síntese, a participação dos insumos de origem industrial nos custos da produção de trigo e soja nunca se situam abaixo de 70%, sendo o restante representado basicamente pelos custos de financiamentos, impostos, arrendamentos, mão-de-obra, etc..

Na área de influência da COTRIJUÍ, por exemplo, o consumo de fertilizantes, durante os últimos 10 anos mais que duplicou. Já em 1970 cerca de 92,60% da área de produção de trigo era adubada, quando cerca de 97% desta produção era cultivada com mecanização integral, isto é, do plantio à colheita; em 1975 havia nesta região uma relação de 47 ha/trator, chegando esta relação em algumas regiões a 33ha/trator, acontecendo algo se-

(*) Abordamos o apoio por parte do Estado na parte seguinte.

melhante, embora menos acentuado, nas demais regiões de produção de trigo e soja. Em síntese, o consumo de insumos industriais é um aspecto que reflete a integração da produção do trigo e ao da soja à produção industrial.

Quanto à nacionalidade do capital produtor destes insumos, de maneira geral, existe tanto capital privado transnacional, nacional, estatal e misto. O capital transnacional domina de maneira quase completa os setores que exigem uma maior concentração de capital e tecnologia mais sofisticada, como é o caso da produção de tratores e defensivos. Ao contrário, o capital nacional, encontra-se representado com um peso maior, embora não os domine, nos setores de produção mais simples, como é o caso da produção de implementos e de fertilizantes. Neste último caso cerca de 90% da matéria prima é importada e as indústrias apenas misturam os componentes. A indústria de implementos, é onde o capital privado nacional é majoritário, ainda que esteja num processo de rápida internacionalização.*

Quanto à comercialização e indústria de processamento de trigo e soja, isto é, o outro lado do ciclo produtivo, a exemplo da indústria de insumos, existem os mais diversos tipos de propriedade do capital. Contudo, neste setor também existe uma “divisão de funções”. Assim, na comercialização e processamento de soja e trigo atuam tanto cooperativas agrícolas,** como grandes e pequenas empresas de capital nacional, capital transnacional e estatal, de forma diferenciada, ou seja, com lugar determinado no movimento geral da realização dos produtos agrícolas, distinguindo-se não apenas pela magnitude mas também pela qualidade da participação.

Com efeito, ainda que a participação das cooperativas agrícolas na comercialização do trigo represente quase a totalidade e na comercialização da soja, mais da metade, no Rio Grande do Sul — 53,7% em 1966/67 e 70% em 1973/74 —, esta participação é hegemônica apenas na primeira fase da comercialização, isto é, a partir do produtor. Nas fases subseqüentes à com-

(*) Cabe dizer que não pensamos que os resultados sócio-econômicos do processo de expansão do capitalismo na agricultura seja decorrência simplesmente do fato de que boa parte do capital seja externo. A integração e subordinação da agricultura é decorrência da acumulação e centralização do capital seja ele nacional ou externo. A relevância deste aspecto reside na qualidade de o capital externo ser mais “potente” enquanto capital e não apenas por ser externo.

(**) A industrialização da soja é o único setor onde o capital das cooperativas agrícolas pode ser considerado quantitativamente significativo. A soja representou 26,6% dos produtos industrializados por cooperativas no Rio Grande do Sul em 1975, quando as cooperativas industrializaram cerca de 6,8% da produção recebida. Vide VÁRIOS. *Encontro Gaúcho de Cooperativas, dias 5 e 6 de Out., de 1978.* (s.n.t.), (1978).

pra diretamente do produtor a hegemonia é da indústria e das grandes empresas de exportação.

Não obstante, esta delimitação do lugar de atuação dos vários agentes na comercialização e industrialização da soja não excluiu a possibilidade das cooperativas participarem na comercialização externa. Contudo, esta participação no comércio externo está condicionada à atuação conjunta e subordinadamente às grandes empresas transnacionais ou com controle acionário do capital estatal.*

Na indústria de processamento de soja, como consequência das próprias características da estrutura produtiva deste setor extremamente bipolarizado no tocante à concentração do capital e uso de tecnologia, acontece algo semelhante à comercialização, ainda que no caso do Rio Grande do Sul a participação do capital privado nacional seja significativa. Por exemplo, em 1974 havia no Rio Grande do Sul 36 empresas de processamentos de soja, 14 das quais possuíam instalações de refino e apenas duas possuíam capacidade de esmagamento acima de 1000 ton./dia, sendo que nenhuma das 33 restantes ultrapassava 3000 ton./dia. Nesta época, das Indústrias de processamento de soja cerca de “86,8% das empresas do Paraná, 94,5% do Rio Grande do Sul e 97,1% de São Paulo estariam sendo anti-econômicas”.¹⁰

Quanto à realização da produção tritícola, o processo apresenta-se de forma menos complexa. Aqui a intervenção do Estado é mais direta, delimitando o lugar das cooperativas e demais agentes. A partir de 1962, por reivindicação das cooperativas, esta produção passou a ser adquirida exclusivamente pelo Banco do Brasil, através do Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional. O recebimento do produto, armazenamento e distribuição é feita pelas organizações autorizadas por este órgão, em sua quase totalidade cooperativas e em alguns casos, órgão estatais. Os preços pagos aos produtores são fixados pelos órgãos estatais com base nos cálculos dos custos de produção elaborados pela FECOTRIGO. Pela coleta, armazenamento etc., as cooperativas recebem uma taxa de serviços — aliás, foram criadas inicialmente para isso. Dessa forma, a Indústria de processamento adquire o produto diretamente dos órgãos governamentais. Ao contrário da indústria de processamento de soja, neste caso o domínio da indústria de processamento é absoluto por parte da grande indústria, no caso a SAMRIG (subsidiária da Bung y Born), que também detém uma das maiores

(*) Por exemplo, a FECOTRIGO, em 1975 fez um acordo com a COBEC, afim de exportarem conjuntamente a soja, ao mesmo tempo em que se uniu também com a Associação Norte-Americana de Soja, buscando conservar mercados internos e externos para a soja brasileira. No caso da COTRIJUI esta exporta a soja com a cobertura da Drexel Brunham do Brasil, multinacional norte americana.

indústrias de processamento de soja no Rio Grande do Sul. Tanto a participação dos pequenos moinhos “coloniais” de capital privado nacional, quanto de cooperativas é insignificante.

2.1 — A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA

Pretendemos nesta parte traçar as linhas básicas das modificações da estrutura agrária provocadas, fundamentalmente, a partir do quadro esboçado acima. Para tanto, abordamos num primeiro momento a evolução da área média das unidades produtivas agrícolas, para após enfocarmos as formas de uso do solo e da força de trabalho afim de esboçar o que seriam as tendências básicas da formação de classes sociais na agricultura, dentro deste contexto.

Como foi referido na primeira parte, de acordo com a forma de interpretação corrente, a agricultura gaúcha é dividida em três segmentos, isto é, agropecuária colonial, pecuária tradicional e agricultura empresarial — com origens históricas e estruturas produtivas próprias. Nas últimas décadas a agricultura empresarial — composta pela produção de trigo, soja e arroz — cresceu tanto em termos absolutos quanto relativos, a agropecuária colonial teria diminuído sua participação relativa na formação do valor bruto da produção, embora tenha aumentado em termos absolutos; a pecuária tradicional é o segmento que decresceu tanto em sua participação relativa como na formação do valor bruto da produção do setor primário como em termos absolutos, diminuindo inclusive no tocante à área ocupada.¹¹ Dessa forma a chamada lavoura empresarial teria se tornado o segmento hegemônico da agricultura gaúcha em termos de participação na produção.

Contudo, ainda que a chamada lavoura empresarial seja vista sempre como sendo associada ou responsável pela grande unidade produtiva, tanto no que se refere à área, quanto à adoção do trabalho assalariado e demais aspectos, não é esta a tendência da evolução da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul e em especial no noroeste do estado, onde o processo encontra-se mais avançado. Não obstante a relativa rigidez da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, não havendo alterações profundas, as tendências básicas no tocante à evolução da área média dos estabelecimentos nas últimas décadas (1940/75) podem ser assim definidas: crescimento acelerado e por fim decréscimo (1970/75) no tocante aos estabelecimentos com menos de 5ha; pequeno aumento constante da participação na área ocupada e pequena diminuição numérica relativa dos estabelecimentos entre 10 a 100ha; pequeno e constante aumento na participação na área ocupada e diminuição numérica relativa até 1970 e um novo aumento numérico relativo entre

1970/75 dos estabelecimentos com área entre 100 e 200ha, acontecendo o mesmo para os com área entre 200 e 500ha; manutenção da participação relativa da área ocupada e diminuição constante dos estabelecimentos com área entre 500 e 1000ha; por fim, diminuição tanto na participação da área ocupada quanto numérica dos estabelecimentos com área superior a 1000ha.*

Poder-se-ia contra-argumentar que os dados estão demasiadamente agregados, abrangendo formas diversas de produção. Contudo, como foi dito acima, o trigo, a soja e o arroz são tidos como os produtos da lavoura empresarial do Rio Grande do Sul. Em 1972 de acordo com as Estatísticas Cadastrais do INCRA, 94,4% dos imóveis produtores de trigo possuíam área inferior a 100ha, sendo responsáveis por 51,6% da área colhida. Os imóveis com área superior a 500ha (0,11%) que produziram trigo neste ano foram responsáveis por 0,5% da produção. Por sua vez 92,2% dos imóveis que produziam soja possuíam menos de 100ha, sendo responsáveis por 70% da área colhida, enquanto os imóveis com área superior a 500ha (0,28%) que produziam soja foram responsáveis por apenas 1,24% da área colhida. Assim, ainda que tidas como empresariais, estas produções não se dão em grandes imóveis.

Na área de influência da COTRIJUI por apresentar uma agricultura mais integrada tecnicamente desenvolvida e homogênea, é onde as tendências expostas acima apresentam-se de forma mais nítida. Nesta área existe uma tendência à adaptação da área média dos estabelecimentos às necessidades produtivas nas condições sociais e técnicas nas quais se dá a produção.

A grosso modo, os estabelecimentos menores tiveram um crescimento numérico intenso de 1940 a 1970 e um decréscimo entre 1970/75. Os estabelecimentos considerados "médios" cresceram constantemente tanto em área ocupada quanto numericamente, enquanto os "grandes" (mais de 500ha) decresceram permanentemente.

Alguns autores atribuem a diminuição da área média dos estabelecimentos à medida que o capitalismo avança sobre a produção agrícola como decorrência da intensificação do capital nas unidades produtivas.¹² Desse modo, com exceção da área, os demais elementos de uma empresa capitalista típica manteriam-se inalterados, tais como, aumento do uso de trabalho, concentração do capital etc., isto é, o capitalismo na agricultura assume as mesmas formas, idênticas, tanto na agricultura como na indústria. Contudo,

(*) Como se sabe, para o IBGE (fonte dos dados expostos acima) uma mesma propriedade pode estar dividida em vários estabelecimentos. Porém os dados do INCRA apontam na mesma direção.

vemos que a integração e subordinação da produção agrícola, o desenvolvimento das forças produtivas não significa necessariamente a formação de empresas capitalistas, no sentido conceitual da expressão. Na medida em que a agricultura não é o "locus" da acumulação e centralização do capital por excelência e por outro lado conforme as condições, como é o caso da produção de trigo e soja, o emprego da tecnologia e novos meios de produção não exige grandes unidades de produção nem divisão do trabalho complexo, a expansão do capitalismo pode significar a não formação de grandes explorações capitalistas. Assim, o que está em questão é "tamanho ótimo" em termos produtivos da unidade produtiva, isto é, aquele tamanho que corresponde à utilização "ótima" dos meios de produção historicamente utilizáveis, o que no caso em questão não corresponde a uma "empresa".*

Conseqüentemente, a tendência vai no sentido de os demais elementos, além da área, como arrendamento e uso da força de trabalho, adaptaram-se a estas condições. Assim, no caso do arrendamento, a produção de trigo e soja é das que mais utilizavam o arrendamento como forma de uso do solo.* Porém, embora o arrendamento seja sempre relacionado com grandes "empresas capitalistas", o número de arrendatários evoluiu no Rio Grande do Sul, conforme os dados do IBGE, de 1920 a 1970, em 11,67 vezes, enquanto a área arrendada aumentou em apenas 1,44 vezes no período. Conseqüentemente a área média dos estabelecimentos arrendados, que era de 107,03 ha em 1960, por exemplo, descreveu para 77,41ha em 1975. Isto é, tudo indica que a área média dos estabelecimentos arrendados está ligada, de um lado, à adaptação das áreas anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva (estâncias) à produção agrícola mecanizada e de outro, à adaptação dos estabelecimentos com área insuficiente (minifúndios) para as novas condições da produção.

Quanto às formas de uso da força de trabalho, seu traço básico pode ser considerado a diminuição do trabalho assalariado e o aumento progressivo da mão-de-obra "familiar", na medida em que o processo de integração da agricultura avança. Portanto, o aumento do trabalho familiar, no caso, não tem nada a ver com o caráter pré capitalista ou "arcaico" desta agricultura, mas é diretamente proporcional ao avanço das forças produtivas. Por

(*) Por exemplo a área mínima para a aquisição de um trator, com razoável aproveitamento e viabilidade econômica na área de influência da COTRIJUI, de acordo com os cálculos da mesma, é de 40ha. A área ótima para um bom desempenho produtivo de um estabelecimento integralmente mecanizado (como via de regra é a produção de trigo e soja) é de cerca de 100ha e no caso de ser feita a colheita com combinada automotriz do próprio estabelecimento a área considerada ótima é de 150ha. Já o FECOTRIGO para cálculo dos custos de produção para estabelecimento dos preços mínimos toma como tamanho ideal estabelecimentos com área entre 90 a 180ha.

isso não se trata de uma subordinação da agricultura restrita à esfera da circulação e da mediação político-administrativa.¹³ Em outras palavras, o aumento do trabalho familiar está relacionado à própria expansão do capitalismo na agricultura e ao aumento da produtividade do trabalho.

De acordo com os dados do INCRA de 1972, a mão-de-obra empregada na agricultura gaúcha era composta por 1.161.796 indivíduos, entre permanentes e temporários. Destes 69,36% eram dependentes do proprietário, 4,71% assalariados permanentes, 22,13% assalariados temporários (número máximo), 2,42% parceiros e 1,38% arrendatários. A categoria de imóveis que mais utilizava trabalho assalariado era o latifúndio por exploração, com 38,34% dos assalariados permanentes e temporários contra 37,50% para a empresa rural, 24,10% para o minifúndio e 0,50% para o latifúndio por dimensão. Por outro lado, do total de trabalhadores ocupados na chamada empresa rural nesta época, 32,08% eram dependentes do proprietário trabalhando e 15,90% eram assalariados permanentes, sendo que a participação do total de assalariados, permanentes, e temporários na empresa rural, numa média para todo ano não atingia 40% do total.

De acordo com os dados do IBGE, o número de trabalhadores agrícolas no Rio Grande do Sul, aumentou de 1.334.039 para 1.446.813 entre 1960/70, isto é, um aumento global de 9,95% durante uma década. Contudo a única categoria de trabalhadores que aumentou em termos absolutos foi os “responsáveis e membros da família não remunerados”, enquanto a categoria “empregados temporários” decresceu no período. Em síntese, a categoria “responsáveis e membros não remunerados da família” teve um aumento de 15,80% no período, enquanto a categoria empregados (permanentes e temporários) teve um decréscimo de 58,50%, os parceiros de 7,94% e os trabalhadores em “outra condição” de 21,47%. Ao mesmo tempo os estabelecimentos sem pessoal contratado aumentaram em 40,66% no período. Conseqüentemente a mão-de-obra “familiar” na agricultura gaúcha que era de 85,17% do total em 1960 passou a representar 98,64% em 1970.

No tocante às formas de ocupação da mão-de-obra especificamente na produção de trigo e soja, a despeito destes produtos serem típicos da “lavoura empresarial” gaúcha, havia em 1970 252.285 trabalhadores na produção de soja; destes, 95,87%, como “responsáveis e membros não remunerados da família” 1,05% como empregados permanentes, 2,7% empregados temporários, 0,80% como parceiros, e 0,18% em “outra condição”. Na pro-

(*) Segundo cálculo da FECOTRIGO cerca de 44% da área cultivada com trigo e soja no Rio Grande do Sul é arrendada.

dução de trigo os “responsáveis e membros não remuneráveis da família” representavam 85,42% do total, os empregados temporários 7,41%, os parceiros 0,97% e os trabalhadores em “outra condição” representavam 0,37%. Também neste aspecto, na área de influência da COTRIJUÍ, onde o processo por estar mais avançado, apresenta-se de forma mais nítida. Com efeito, tomando-se três municípios desta região*, a proporção de trabalhadores “familiares” evoluiu de 76,33% do total em 1950 para 88,22% em 1960 e 94,74% em 1970.

No mesmo período a participação dos assalariados permanentes evoluiu de 2,11% em 1950 para 5,10% em 1960 – mecanização ainda não integral e produção de outros produtos com processo produtivo diferente – e 1,55% em 1970; os assalariados temporários decresceram de 8,14% em 1950 para 5,74% em 1960 e 2,45% em 1970, enquanto os parceiros diminuíram de 8,64% em 1950 para 1,25 em 1970.

Dessa forma, num esboço do que poderia ser a tendência básica da formação de classes sociais na agricultura nestas condições, a linha mestra deste processo é a progressiva formação de uma camada de “neocamponeses”* e a eliminação potencial ou transferência e marginalização do antigo campesinato. É fundamentalmente esta camada de neocamponeses que constitui o suporte social do cooperativismo agrícola.

Por outro lado, considerando a falta de alternativas de emprego de mão-de-obra excedente, ainda que o processo de deterioração e perda da importância econômica do antigo campesinato seja intenso, sua eliminação da produção agrícola ao mesmo tempo que é lenta toma várias formas. As principais são a migração para centros urbanos e sua conseqüente marginalização e/ou migração para a fronteira agrícola. Simultaneamente, vão sendo eliminados também os antigos parceiros e meeiros, na medida em que a agricultura nos novos moldes avança tanto sobre a colônia como também sobre áreas anteriormente ocupadas extensivamente.

Desse modo, a contradição social básica que a expansão do capitalismo na agricultura nessas condições provoca não é entre burguesia rural versus proletariado – já que são quantitativamente irrelevantes – e sim a ex-

(*) Municípios de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana. Não é possível tomar uma quantidade maior de municípios devido aos problemas estatísticos que os desmembramentos provocam.

(*) Produtores agrícolas com unidades produtivas altamente capitalizadas e integradas à esfera da circulação e produção industrial com uma alta produtividade do trabalho, uso de tecnologia moderna e baseada no trabalho familiar.

clusão social progressiva da maior parte dos antigos trabalhadores agrícolas, exclusão social esta tão dramática como a própria proletarianização. Em outras palavras, a exclusão social neste caso abrange não apenas a exclusão no tocante à participação na apropriação do excedente, mas fundamentalmente configura-se na exclusão inclusive na participação no próprio trabalho.* Daí a resistência do antigo campesinato em ser eliminado da produção agrícola através de sua proletarianização já que para tanto seria necessária a existência de determinadas condições, como por exemplo, a oportunidade de venda da força de trabalho. Isto não significa que não existiam contradições entre o neocampesinato de um lado e a agroindústria e o Estado de outro ou entre poucos assalariados rurais e o capital. Contudo, o antagonismo entre o neocampesinato e os demais agentes que envolvem a produção agrícola possui uma determinada especificidade, na medida em que embora exista a apropriação de sobre-trabalho fundamentalmente através da imposição de preços oligopolísticos por parte da agroindústria e/ou "preços administrativos" por parte do Estado, esta expropriação apresenta-se de forma menos violenta. Daí inclusive, em razão desta situação de certa forma diferenciada, conjuntamente com a especificidade da situação de classe do campesinato, especificidade esta que torna o antagonismo entre classes menos direto embora não menos violento, há possibilidade de alianças de classes, inclusive tendo no cooperativismo um instrumento para tanto.

3 – PODER PÚBLICO, COOPERATIVISMO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Nesta parte procuramos demonstrar, de forma geral, como o cooperativismo agrícola de trigo e soja configura-se dentro de um quadro mais amplo, isto é, a intervenção do Estado no sentido de viabilizar a produção agrícola e a reprodução da estrutura de dominação e exclusão social através de alianças de classes e mediação política. Para isso alinhamos a seguir alguns traços básicos da intervenção estatal, para após situarmos o cooperativismo do desenvolvimento agroindustrial e as alianças entre os agentes.

A intervenção do Estado na agricultura em questão está nas suas próprias origens, dado que a própria ocupação do solo deu-se através da imigra-

(*) Por exemplo, de acordo com os dados do INCRA de 1972, 79,77% dos imóveis do Rio Grande do Sul são minifúndios.

ção oficialmente dirigida. Mas é com o desenvolvimento industrial brasileiro e a conseqüente subordinação da agricultura e a necessidade por parte da indústria de incrementar a produção agrícola que esta intervenção torna-se mais direta e configuradora, tanto no tocante aos incentivos, racionalização econômica e política da produção quanto ao controle da apropriação entre os diversos grupos e classes sociais envolvidos. Esta orientação está assentada na imbricação Estado-sociedade e em especial, entre Estado-agroindústria.

De qualquer modo, o marco inicial da consolidação do apoio financeiro à agricultura brasileira em geral por parte do Estado pode ser considerado a criação da CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) do Banco do Brasil em 1937. Este órgão procurou montar um esquema burocrático que desse condições de aumentar os financiamentos e as garantias para os mesmos. Em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pelo Governo Federal, foi permitido que toda a rede bancária participasse do mesmo. A participação dos bancos privados no SNCR tem por base a Resolução nº 69, segundo a qual os bancos particulares devem aplicar 10% de seus depósitos no crédito agrícola ou recolhe-los ao Banco Central, recebendo um juro de 7%, posto que os juros reais para o financiamento agrícola são negativos (abaixo da taxa de inflação). Além disso, foi criado o Fundo Nacional de Refinanciamento Rural (FNRR) afim de aumentar o montante de recursos para o crédito agrícola, recebendo recursos de bancos privados e outras fontes, como financiamentos externos. Especificamente para os subsídios aos insumos modernos, merece destaque a criação da FUNFERTIL (Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais), criada para pagar a totalidade dos juros (17%) nos empréstimos para aquisição de fertilizantes. Em 1969 foi substituída pela FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola), passando a subsidiar a aquisição de outros insumos.

Dessa forma, o crédito agrícola cresceu, em valor real de Cr\$9,3 bilhões em 1969 para 12,9 bilhões em 1971. No período de 1973/78, o crédito agrícola aumentou em 190% em valores reais, enquanto a produção agrícola aumentou em 17% e o preço da terra no Brasil em cerca de 1.780%. Em 1973, para cada cruzeiro de recursos próprios, o agricultor brasileiro contava com 60 centavos de crédito. Já em 1978 para cada cruzeiro o crédito entra em Cr\$0,86. Conseqüentemente o crédito que representava em 1970, 38% da renda interna da agricultura, passou a representar 52% em 1973 e aproximadamente 83,5% em 1975.

Contudo, o que define tanto o crédito agrícola como os demais incentivos é a seletividade do apoio estatal. Por exemplo, em 1970 o subsídio

contemplou apenas 11% dos produtores agrícolas do Brasil, enquanto o confisco atingiu a totalidade dos mesmos. No Rio Grande do Sul onde existiam cerca de 500 mil estabelecimentos agrícolas, apenas cerca de 15 mil receberam algum tipo de financiamento em 1976, ao mesmo tempo em que 3,08% dos produtores receberam neste ano cerca de 41,34% do valor dos empréstimos do Banco do Brasil e, se incluídos todos os bancos que financiam a agricultura, 3% dos empréstimos equivalem a 50% do crédito. Por outro lado, em 1976, a soja, o trigo, o café e o arroz que representavam neste ano 49,6% da produção agrícola brasileira, receberam 80% do crédito rural. Nos três estados do extremo sul, em 1977, a soja recebeu 37% dos recursos do crédito rural, ainda que este produto tenha tido uma elevação em seu preço real de 136% no período entre 1972/73 e 1975/76. Para a produção de trigo no Rio Grande do Sul, o valor deflacionado dos empréstimos aumentou em mais de cinco vezes, no período de 1964/70. Em 1975 este produto participou em 90% do total de financiamentos destinados ao custeio de entressafra do Banco do Brasil. Neste mesmo ano, trigo, mais a soja e o arroz tomaram a quase totalidade deste tipo de crédito no Rio Grande do Sul.¹⁵ O mesmo acontece com os demais incentivos tais como a organização da infra-estrutura de comercialização e garantia de preços mínimos.

Portanto, através do apoio seletivo o Estado determina de um lado os produtos a terem incrementado sua produção e de outro, os produtores e as condições técnicas e sociais nas quais se efetiva a produção, acelerando com isso o processo de diferenciação social. Paralelamente a isso, a intervenção estatal busca a mediação política, buscando o apoio dos setores abrangidos, afim de viabilizar em termos sócio-políticos a reprodução do padrão de acumulação, de acordo com a correlação de forças do momento.

O cooperativismo agrícola neste contexto, pode ser enfocado a partir de seus dois caracteres fundamentais, isto é, de um instrumento de racionalidade econômica e de instituição sócio-político que este tipo de organização assume no processo social. Concretamente estes dois aspectos estão organicamente entrelaçados.¹⁶ Em outras palavras, na medida em que o cooperativismo tende a se consolidar como um dos agentes responsáveis pela orientação da organização da produção ou como instrumento para tanto, como é o caso em questão, continua sendo um instrumento de mediação política, na medida em que age no sentido de viabilizar a aliança de classes e agentes envolvidos na produção agrícola; mas, ao mesmo tempo, assume também o caráter de instrumento de viabilização econômico-social do processo através de seu desempenho no sentido de avanço das forças produtivas e racionalização capitalista da produção.

Com efeito, as atuais cooperativas de trigo e soja surgem no bojo da integração da agricultura através do impulso dado para tanto pela intervenção

estatal e a agroindústria, sendo que boa parte deste cooperativismo surgiu a partir das cooperativas "coloniais". Enquanto estas antigas cooperativas possuíam as características próprias do tipo de agricultura da qual faziam parte restringindo-se à comercialização dos excedentes agrícolas comercializáveis do antigo campesinato, com sua ação restrita à sociedade agrária e geograficamente isoladas – o cooperativismo nos novos moldes assume um novo caráter. Neste novo contexto estas organizações atuam num espaço sócio-econômico e geográfico mais amplo, isto é, passam a ser um elo de ligação entre a agroindústria, o Estado e o corpo de associados.

O marco inicial do surgimento desse cooperativismo (1957) é justamente o período em que os produtores de trigo (neocamponeses e burguesia rural), atraídos pelos incentivos governamentais consolidavam sua posição e passavam a reivindicar melhores condições de produção e comercialização deste produto. Conseqüentemente, em 1962 já são estabelecidos preços oficiais considerados compensadores. Com a criação do Plano de Expansão Econômica da Triticultura Nacional, em 1957 e a Comissão de Organização de Cooperativas de Produtores, resultou que somente no ano de 1957 foram fundadas mais de vinte cooperativas tritícolas (além da FECO-TRIGO), compostas, inicial e exclusivamente pelos maiores produtores. Com a consolidação destas e seu fortalecimento através da produção de soja, foi sendo facilitada e inclusive induzida a entrada de produtores menores. Entre os mecanismos de indução estão, por exemplo, o repasse de financiamentos feitos pelas cooperativas, a compra da produção de trigo, além da própria estrutura de comercialização e formação de preços.

Na época do surgimento das cooperativas de trigo e soja havia forte insatisfação e mobilização política por parte dos "novos produtores" de trigo frente a insegurança para a realização da produção controlada pela grande indústria de transformação (Bunge y Born); à fraude que os incentivos oficiais possibilitavam; além da falta de estrutura de produção, comercialização, armazenamento e transportes. Por outro lado, o Estado tinha interesse em incentivar, controlar e racionalizar a produção de trigo não apenas visando os interesses dos triticultores, mas também a implantação de políticas enquanto mediador do circuito produção-consumo. Com a crescente integração do trigo e mais tarde de soja, que passa a ser progressivamente mecanizada e onde os insumos modernos passam a representar um peso progressivamente maior nos custos da produção, as cooperativas passam a intervir também na comercialização de uma parte destes insumos e na difusão

de novas técnicas de produção. Portanto, se de um lado a preocupação em resolver os problemas de produção e comercialização, (transportes, preços mínimos, créditos, desenvolvimento tecnológico), vinha ao encontro dos setores modernizados dos produtores agrícolas, de outro lado a política governamental encontrou na associação destes em cooperativas a forma de racionalização político-administrativa da relação produtores-Estado. Neste sentido, as organizações cooperativas são complementares à intervenção estatal*, mas são complementares também à agroindústria, na medida em que através delas é conseguida a racionalização econômica de uma forma de produção agrícola que vai ao encontro do padrão de acumulação no qual situam-se. Isto não obstante a substituição do pequeno comércio por estas organizações e da relativa participação das cooperativas na indústria de processamento de alguns produtos como é o caso da soja.

Conjuntamente com esta complementariedade no tocante à racionalização da produção e sua realização, concretiza-se uma aliança de classes entre as camadas sociais com condições de participarem da integração da agricultura, o Estado e os demais agentes que envolvem a produção agrícola, não obstante os antagonismos de interesses reais e da subordinação da agricultura. Por outro lado, na medida em que estas cooperativas, lançam-se num processo acelerado fusões e crescimento, tentando com isso um maior poder de barganha no movimento geral da acumulação — economia de escala, mercados, participação na industrialização — e frente ao Estado, são levadas a aumentar sua dependência financeira frente ao Estado, e se entrelaçarem com a grande indústria e comércio internacional. O aumento da dependência financeira é decorrente da dificuldade de acumulação de capital, dificuldade esta resultante e condicionada pela subordinação da

(*) Boa parte destas cooperativas como é o caso da COTRIJUÍ atuam na compra da produção diretamente do produtor, armazenamento, transportes (rodoviário, ferroviário, portuário), exportação de soja, seguros, assistência técnica, pesquisa tecnológica, prestação de serviços, assistência social aos associados, repasse de créditos, colonização da fronteira agrícola (com apoio estatal direto), comercialização de bens de consumo etc.

agricultura e inclusive pela própria legislação que regulamenta as cooperativas.*

Quanto ao entrelaçamento e conseqüente subordinação ao grande capital é conseqüência da própria lógica da acumulação, na qual o grande capital conta com vantagens incomparavelmente superiores.*

Todavia, é aqui que a dimensão político-ideológica toma sentido. De um lado estas organizações que foram criadas durante a política populista e consolidaram-se sob e com o apoio de um Estado autoritário, foi a única forma de associativismo rural que conseguiu manter-se e inclusive fortalecer-se no período passando a desempenhar de certa forma corporativamente os interesses do “setor agrícola”, isto é, das camadas de produtores familiares melhor situadas sócio-economicamente, tendo inclusive, cooptado os demais movimentos associativos pré-existentes. Neste sentido, estas organizações representam um instrumento de mediação, desmobilização e condução

(*) A Lei 5.764 de 1971, por exemplo, ao mesmo tempo que incentiva a formação de cooperativas empresariais limita-as em seu crescimento econômico. A estratégia governamental fundamental para subordinar as cooperativas, através de sistema financeiro, foi liberar faixas de crédito para as mesmas e simultaneamente adotar uma política de extinção das cooperativas de crédito. Desta forma, o Estado financia as cooperativas sem financiar a formação de seu capital, daí as lutas destas em busca de formas de capitalização. Em outras palavras, o Estado não financia as cooperativas enquanto tais e sim como instrumento de incentivo a linhas de produtos. Por outro lado, a legislação limita a formação do capital das cooperativas inclusive na medida em que limita a taxa de juros para o capital destas em 12% a.a. (O que estaria dentro de seu quadro doutrinário) tornando desatratante o investimento de capital em cooperativas.

Pesquisa realizada sobre cooperativas filiadas à FECOTRIGO conclue que o período de 1968/70, cerca de 40% a 50% dos investimentos destas cooperativas era de capital próprio. No caso da COTRIJUÍ, esta possuía na época, para cada cruzeiro de capital próprio cerca de 2,80 cruzeiros de capital de terceiros e chegou ao final do exercício de 1976/77 com uma relação de um(1) cruzeiro de capital próprio para cada 8,1 cruzeiros de capital de terceiros (basicamente empréstimos do Estado e bancos privados nacionais e internacionais). No final do exercício de 1977 o capital próprio da COTRIJUÍ representava pouco mais de 10% do imobilizado. (Vide IÉPE-UFRGS *Aspectos estruturais das cooperativas de trigo e soja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre 1974. p. 25-26 e *Relatórios da Diretoria* da COTRIJUÍ). Desse modo, o aumento da dependência financeira é paralelo ao crescimento das cooperativas.

(*) Ainda que, ao lado do desenvolvimento técnico e produtivo a luta contra o capital multinacional seja uma das principais bandeiras ideológicas deste cooperativismo.

política tendo em vista a viabilização da reprodução social, através de propostas ideológicas de lutas por “reformas” que não impliquem uma reformulação social mais ampla e profunda. Por outro lado, ainda que de forma embrionária e diferenciada passam a ser identificados pelo quadro social como representante do próprio Estado, e agroindústria.

REFERÊNCIAS

- 1 – Sobre este aspecto vide LANDO, Aldair N. e BARROS, Elaine C. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Movimento, 1976. Sobre o antagonismo latifúndio versus posseiros, que contribuiu para a criação das condições históricas para o estabelecimento da pequena propriedade rural vide GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 2 – Sobre os núcleos iniciais de colonização e sua evolução sócio-econômica vide ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. 2v.
- 3 – Vide a respeito desta crise da agricultura gaúcha, SCHILLING Paulo R. *A Crise Econômica no Rio Grande do Sul: A Crise Agropecuária*. Porto Alegre, Difusora de Cultura e Técnica 1961. A respeito da crise da Agricultura especificamente das colônias vide ROCHE, J. Op. Cit.
- 4 – Sobre estes segmentos vide principalmente INCRA. Coordenadoria do Rio Grande do Sul. *Levantamento dos recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Estado*. (Brasília) (1972), v. 2 FEE. *25 Anos de Economia Gaúcha*. Porto Alegre 197. V. 3. Contudo, demonstraremos no capítulo seguinte da tese as tendências, na medida em que a integração da agricultura aprofunda-se é uma progressiva homogeneização da agricultura moderna, sendo pouco significativa em termos de representação da realidade este tipo de divisão. A manutenção de uma terminologia como “lavoura empresarial” e “agropecuária colonial” no sentido que estudos como os citados acima entre os outros utilizam a expressão, pode levar a uma falsa imagem da estrutura produtiva real.
- 5 – Sobre a não expansão do capitalismo em algumas esferas da produção agrícola ou o desenvolvimento anterior do capitalismo na produção industrial devido à grande diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho na produção agrícola, vide SUSAN, A. and DICKINSON, James M. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. In. *The Journal of Peasant Studies*. London, 5(4), jul. 1978. Segundo

estes autores a agricultura resulta pouco atrativo para o capital, posto que o ciclo da produção é longo e durante boa parte do tempo de produção o capital fixo não seria utilizado por estar subordinada à produção agrícola – ciclo da natureza. Em outras palavras, o tempo de trabalho seria bem menor que o tempo de produção, diminuindo assim a possibilidade de apropriação de mais-valia pela rotatividade do capital. Pensamos que estes pressupostos possuem um grande poder explicativo para o avanço do capital posteriormente na agricultura em relação a outros setores com menor diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho, porém não são suficientes para explicar a forma e os resultados em termos de formação de classes sociais na agricultura, forma essa resultante também da especificidade técnica e social dessa produção. Em relação à especificidade da produção agrícola no tocante à aplicação de tecnologia e incremento da produtividade e a conseqüente subordinação deste setor à produção industrial vide SERVOLIN. *Calude*. L'A lesorption de L'Agricultura dans le mode de production capitaliste. In. FONDATION NATIONALE DES SCIENCES POLITIQUES. *Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, 184; L'Univers politiques des paysans. Paris, 1972.

- 6 – Vide SCHILLING, Paulo. *Trigo; o trigo e o latifúndio no Rio Grande do Sul – o acordo do trigo norte-americano – perspectiva da triticultura gaúcha*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – ISEB, 1959. OLIVEIRA, Jorge de. *Aspectos produtivos e econômicos das dez principais culturas do Rio Grande do Sul: 1948 a 1969*. Porto Alegre, IEPE-UFRGS, 1971. CRZYBOWSKI, C. O Trigo no Brasil. Paris, *Notes du G.E.R.E.I.*, (2). 15-42, set. de 1977.
- 7 – Vide em especial Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa. *1º Simpósio Nacional da Soja*. Porto Alegre, 1975. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 30(6), jun. de 1976. FEE. *Indicadores Econômicos-RS.*, Porto Alegre, 4(112), jan./jul. de 1976 e BERLAN, Jean Pierre et alii. *Le Complexe soja des Etats-Unis*. Paris, G.R.E.I., 1976.
- 8 – Vide ROCHE, Jean. Op. Cit. V. 1. p. 280 e CONVÊNIO INCRA-UNICAMP. *Regiões homogêneas da agricultura*. (São Paulo), (1977). Mimeo. p. 147.
- 9 – Vide BRDE. *A Indústria de Máquinas Agrícolas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1975.
- 10 – SUPLAN. *Produção e abastecimento, perspectivas e proposições 1975/76. Soja*. Brasília, 1975. p. 67. Vide também) CODESUL-BRDE. *A Indústria de óleos vegetais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1969.
- 11 – Vide entre outro INCRA. Coordenadoria do Rio Grande do Sul. Op.

- Cit. e FEE. *25 anos de Economia Gaúcha*. Op. Cit.
- 12 — Vide, por exemplo, LENIN, V. I. Nuevos datos sobre las leyes de desarrollo del capitalismo en la agricultura. In. ——. *Obras Escogidas*. Buenos Aires, Ed. Cartago, 1973, V. 2. Em relação à agricultura brasileira vide GRAZIANO DA SILVA, J. F. (Coord.) *Estrutura agrária e Produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, HOCITEC, 1978.
- 13 — Para um enfoque teórico a partir da unidade produtiva camponesa, como um “modo de produção” vide CHAYANOV, A. V. On The Theory of non-capitalist systems. In. THORNER, D. (Compil.). *The Theory of peasant economy*. Illinois, Kerliday y Smith, 1966 e Idem. *La Organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974. Para uma interpretação da subordinação da agricultura através apenas da esfera de circulação e da mediação político-administrativa, a partir da teoria de Chayanov, vide entre outros, AMIN, Samir. O Capitalismo e a renda fundiária, (A, Dominação do capitalismo sobre a agricultura). In. — e VERGOPOULOS, Kostas. *A Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Na literatura sobre a agricultura brasileira dos últimos tempos apareceram uma série de trabalhos nos quais é admitida a permanência e mesmo o aumento da pequena produção familiar, porém, como parte “não capitalista” ou “arcaica” da agricultura, ligada portanto à subsistência e à estagnação das forças produtivas. Neste sentido vide entre outros, OLIVEIRA, F. A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. In. OLIVEIRA, F. e SÁ Jr., F. *Seleções CEBRAP*. São Paulo, Brasiliense-CEBRAP, 1976 e SÁ Jr., F. O Desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. In. OLIVEIRA, F. e SÁ Jr., F. Op. Cit. para não falar nos trabalhos recentes surgidos a partir do enfoque de Chayanov.
- 14 — Vide PAIVA, Ruy Miller et alii. *O Setor Agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense, 1976.
- 15 — Vide neste sentido, *O Interior*, Carazinho, 28 de out. de 1978, p. 5. *Agricultura & Cooperativismo*, Porto Alegre, 2(24), abr. de 1978, p. 7. FEE. *Indicadores Econômicos-RS*. Porto Alegre, 4(1/2), jan./jul. de 1976. p. 109 e *O Interior*, Carazinho, 23 de março de 1978.
- 16 — Para Borda “Na América Latina os movimentos cooperativistas têm sido geralmente estimulados por motivos políticos: são como um meio para pacificar um povo rebelde. Buscam suavizar os efeitos adversos de uma depressão, promover ou ao menos prometer uma vida nova em

áreas atrasadas instáveis e alimentar apetites de clientela política”. Vide BORDA, Orlando Fals. *El Reformismo por dentro en América Latina*. 3ª Edição México, Siglo XXI, 1976. p. 15. Contudo, nas condições em questão, diferentemente do caso do cooperativismo do Equador, Colômbia e Venezuela estudados por Borda, este movimento não se restringe apenas à esfera estritamente político institucional, daí inclusive sua maior eficiência enquanto instrumento de mediação política.